

Rádio comunitária autêntica e educação para a cidadania

Authentic community radio and education for citizenship

CLAUDIA REGINA LAHNI¹

Professora do Programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFJF)
e da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal
de Juiz de Fora (Facom-UFJF).
E-mail: crlahni@yahoo.com.br

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão sobre a educação para a cidadania, em uma rádio comunitária autêntica. Tem-se como principais marcos teóricos de referência trabalhos de Paulo Freire e de Mario Kaplún. Quanto à metodologia e técnicas, foram realizadas pesquisa participante, entrevistas e exame de documentos e da programação da rádio comunitária definida para análise. O estudo aponta que a participação na emissora, organizada desde seu início por moradores da região, contribui para a educação e o exercício da cidadania.

Palavras-chave: rádio comunitária, participação, educação, cidadania.

Introdução

Este trabalho reflete sobre a educação para a cidadania, a partir da participação em uma rádio comunitária autêntica. A importância da rádio comunitária para as classes populares pode ser percebida diante da necessidade da comunicação, que tem a sociedade contemporânea, e da situação em que se encontra, de uma maneira geral, a mídia no Brasil.

Afinal, pensando na chamada grande imprensa, nos meios de comunicação de massa, temos, no país, liberdade para produzir um jornal impresso; entretanto, essa é uma possibilidade para quem tem capital para investir na produção e circulação, iniciativa que pode não ter retorno em função das dificuldades de leitura de uma parcela significativa da população. Quanto ao rádio e à televisão, os canais são concessões do governo federal aos pleiteantes, que

historicamente as têm usado como moeda de troca política.

Assim, nesses meios, o que se tem é um monopólio que, além de transmitir um pensamento único, exclui pessoas das classes populares, as quais, quando aparecem nos noticiários ou programação em geral, muitas vezes fazem parte das páginas policiais ou são apresentadas como personagens exóticas ou atrasadas. O fato é que, frente a isso, no Brasil, as rádios livres e comunitárias tiveram um crescimento na década de 1980. A iniciativa se fortaleceu, inclusive como movimento organizado, em meados dos anos de 1990.

As rádios comunitárias – de baixa potência e reduzido alcance – podem constituir uma alternativa de qualidade e participação na comunicação, especialmente para as pessoas de situação social menos favorecida. As comunitárias podem unir pessoas diversas dos bairros

¹ Cláudia Regina Lahni é professora do Programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFJF) e da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Facom-UFJF); tem mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação pela ECA-USP; participa do Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (UFJF-CNPq). Endereço eletrônico: crlahni@yahoo.com.br

abrangidos pelas rádios, jornalistas e estudantes. Elas podem transmitir outras versões sobre os fatos, colocar no ar gêneros musicais que não são apresentados nas rádios comerciais e abrir espaço para a população participar.

Além disso, essas emissoras podem comunicar debates e eventos de associações de moradores e outros grupos de interesse local que não aparecem nos grandes meios. As rádios comunitárias podem ser um lugar de livre manifestação do pensamento e canais de informações que se constituem em direito fundamental para o exercício, a conquista e a manutenção de outros direitos.

Dessa forma, as emissoras comunitárias podem abrir a possibilidade de a população organizada exercitar uma comunicação plural e democrática. O fortalecimento das emissoras com essas características é um caminho corretivo para a situação de monopólio de propriedade e de divulgação de um pensamento único, formado pelos meios massivos.

As rádios de baixa potência que apresentam, de fato, participação dos moradores e inserção reconhecida junto à comunidade que abrangem são chamadas, por pesquisadores, de “autênticas”. Isso porque determinados grupos têm colocado no ar emissoras de baixa potência e, inclusive, conseguido autorização comunitária, mas transmitem programas com conteúdo de uma única religião e ou se fundamentam em um único partido político.

É nesse quadro que o presente trabalho se desenvolve, mostrando uma reflexão sobre a educação para a cidadania, a partir da participação em uma rádio comunitária autêntica, a Mega FM, que se situava no bairro Santa Cândida, onde, em sua maioria, residem pessoas das classes

populares de Juiz de Fora (cidade de Minas Gerais, Brasil).²

Cidadania, educação, participação

“Cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”, afirma Maria de Lourdes Manzini-Covre. Entretanto, “trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência” (Manzini-Covre, 2001, p. 11).

Para Norberto Bobbio (1992, p. 124), direitos humanos, democracia e paz têm ligação fundamental. Conforme o autor, “sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos”. Ele escreve que “a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais”. O autor pondera que ainda há muito a fazer pela garantia e respeito aos direitos humanos: “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de *justificá-los*, mas o de *protegê-los*. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”.

Dalmo de Abreu Dallari também ressalta a importância da organização da sociedade para manutenção, respeito e ampliação dos direitos. Nesse sentido, avalia que “um direito só existe realmente quando pode ser usado” (Dallari, 2002, p. 69-70). Ele acredita que é necessário informar a pessoa sobre os seus direitos e conscientizá-la da importância de se garantir o respeito aos mesmos.

A informação é fundamental para a cidadania, segundo Dallari. Para o autor, “o primeiro passo para

² Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no congresso da Celacom, em 2005.

se chegar à plena proteção dos direitos é informar e conscientizar as pessoas sobre a existência de seus direitos e a necessidade e possibilidade de defendê-los”. Afinal, “quando alguém não sabe que tem um direito ou dispõe apenas de informações vagas e imprecisas sobre ele, é pouco provável que venha a tomar alguma atitude em defesa desse direito ou que vise à sua aplicação prática” (Dallari, 2002, p. 69).

Antonio Paim, Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodrigues (2002) reforçam a necessidade de educar e informar para o exercício da cidadania. Também nesse sentido, Manzini-Covre (2001, p. 10) liga a cidadania à prática da reivindicação, apropriação de espaços e exercício de direitos, sendo que, para isso, o primeiro pressuposto “é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população”.

Cicilia Maria Krohling Peruzzo (1999:285) salienta que “fazendo de súditos cidadãos, a cidadania é um arcabouço social que requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu *status* à qualidade da participação”. A autora lembra a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece o direito à participação e a Conferência das Nações Unidas, de 1976, a qual firmou que “a participação popular é um direito humano, um dever político e um instrumento essencial de construção nacional”. “Participação é exercício da democracia”, reforça (Peruzzo, 1999, p. 275-280).

A importância de participar em organizações sociais é destacada por Juan E. Díaz Bordenave. Para ele, a participação vai além de resolver questões específicas, em âmbitos diversos; “também exerce uma *função educativa* da maior

importância, que consiste em preparar o povo para assumir o governo como algo próprio de sua soberania, tal como está escrito na Constituição” (Bordenave, 1992, p. 56).

A participação na comunicação é uma das possibilidades para o exercício desse direito e dever. Quanto a isso, Peruzzo (1999) avalia que criticar a manipulação das grandes redes de rádio, televisão e impressos é pouco. É preciso ocupar espaços e se organizar para descentralização e reordenamento dos meios.

Nessa perspectiva, as contribuições da comunicação popular participativa são de grande importância. Essa forma de comunicação se articula com práticas sociais que reivindicam direitos e o alargamento da cidadania e “experiências mostram que a comunicação popular participativa dá seu aporte à edificação de uma cultura e uma educação democrática.” (Peruzzo, 1999, p. 302).

Entretanto, a participação organizada não é meta fácil de alcançar, como aponta Mario Kaplún (1984).

A seu ver, “se começa a compreender que não há desenvolvimento sem uma participação consciente dos setores populares, em que estes se mobilizem, assumam um papel protagonista e sejam criadores de suas próprias soluções”³ (Kaplún, 1984, p. 10).

Ele também considera que a participação é característica geral de uma sociedade democrática, voltada para o desenvolvimento. Segundo o autor (e outros), as associações diversas são escolas práticas de participação, em que o povo vai construindo pouco a pouco seu próprio espaço e criando suas

³ Tradução da autora para todas as citações do pesquisador.

formas solidárias, democráticas e autogestionárias.

Para Kaplún (1984), a opção pela comunicação participativa é em favor da educação e do desenvolvimento, além da ética, dentro da democracia. Ele apresenta e defende uma forma de comunicação horizontal entre grupos, o cassete-fórum, que tem como componentes tecnológicos, o gravador e fitas cassetes e, como componente metodológico, o fórum - reuniões dos grupos para debater determinados temas as quais são parcialmente gravadas e repassadas aos demais. O autor considera que o rádio teria vantagens sobre o cassete, mas não estaria, entretanto, ao alcance da população.

Kaplún enumera como vantagens do cassete-fórum a desmitificação do meio, a participação direta, a espontaneidade de expressão, o fato de que todos são alternadamente emissores e receptores, o envolvimento da juventude inclusive para serem novos dirigentes e o número cada vez maior de participantes. Ele enfatiza as qualidades informativas e formativas do cassete-fórum e menciona como objetivo, entre outros,

“que o programa dê como fruto um crescimento da consciência crítica e solidária de seus participantes”
(Kaplún, 1984, p.36).

Avalia-se, neste trabalho, que todas essas vantagens podem se aplicar à rádio comunitária autêntica.

Autor que realizava trabalhos práticos com possibilidade de participação, em busca de uma comunicação horizontal e de uma sociedade democrática, Mario Kaplún (1992) considerava que latino-americanos sempre foram pesquisadores de comunicação com responsabilidade social e vontade de

incidir sobre a realidade para transformá-la.

Para o educador Paulo Freire (1978, p. 24), “transformar o mundo através de seu trabalho, ‘dizer’ o mundo, expressá-lo e expressar-se são o próprio dos seres humanos. A educação, qualquer que seja o nível em que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, a de sua expressividade”.

Nesse sentido, vale ressaltar o importante papel desempenhado pelas rádios verdadeiramente comunitárias, que podem ser um espaço para a expressão das classes populares, em sua maioria alijadas dos meios de comunicação de massa. Este foi o caso da Mega FM, que, desde sua fundação, por moradores do bairro, abria o microfone para a fala de pessoas da periferia. Isso tem uma forte dimensão educativa, pois, seja uma fala esporádica ou uma fala freqüente na forma de um programa, a pessoa certamente terá refletido sobre o que dirá e terá oportunidade de se expressar. Quando se tratava de propor um programa na emissora, o morador devia fazer um projeto e apresentá-lo em reunião, para que os demais, que já atuavam na Rádio, o aprovassem sem ou com questionamentos. Assim se tinha a possibilidade de se expressar e de decidir no coletivo.

Ao se referir à alfabetização de adultos feita de modo “bancário”, Freire (1978, p. 14) escreve:

“como seres passivos e dóceis, pois que assim são vistos e assim são tratados, os alfabetizados devem ir recebendo aquela ‘transusão’ alienante, da qual, por isto mesmo, não pode resultar nenhuma contribuição ao processo de transformação da realidade”.

Essa situação é semelhante ao que ocorre com a quase totalidade dos meios de comunicação de massa, especialmente emissoras comerciais de rádio e televisão. Busca-se uma transformação dessa realidade com emissoras comunitárias autênticas.

O educador reflete sobre o “silêncio” em que se acham as classes populares, dominadas pela prescrição de uma palavra transmissora de uma ideologia da acomodação. O reforço disso resulta na “cultura do silêncio”, própria de estruturas fechadas como a do latifúndio – por exemplo, como temos na comunicação no Brasil. Conforme Paulo Freire, na cultura do silêncio, pensar é difícil; dizer a palavra, impossível. O autor salienta o enfrentamento à cultura do silêncio. É necessário tomar a história na mão e transformar a realidade opressora e a sociedade como um todo. Falar em uma rádio comunitária pode significar sair da cultura do silêncio. Dar a palavra, como em uma emissora comunitária, pode ser o início ou o reforço para se tomar a história pela mão e transformar a realidade.

Segundo Paulo Freire, a maneira de “pronunciar o mundo”, por parte das classes dominadas, demanda sua organização revolucionária visando à abolição das estruturas de opressão. A organização da massa popular, para a mudança, implicaria haver uma vanguarda lúcida. O trabalhador social, sendo educador ou pesquisador, diante de tal situação não pode ser neutro.

Pesquisa participante

Paulo Freire (1978, p. 37) sustenta que, do ponto de vista crítico, a operação de mirar implica noutra – a de ad-mirar: “ad-miramos e ao adentrar-nos ao ad-mirado o miramos de dentro e desde dentro, o que

nos faz ver”. Ele escreve sobre a unidade entre teoria e prática e, reforça, no caso da educação – sua área -, a unidade entre teoria e prática social. Defende que a teoria que é base para a prática geral das classes dominantes, na qual a educação está inserida, não pode ser a mesma que servirá às classes dominadas, “dá a impossibilidade de neutralidade da prática educativa como da teoria que a ela corresponde” (Freire, 1978, p. 18), o que também se pode aplicar à comunicação e à pesquisa em geral.

Por sua vez, Carlos Rodrigues Brandão (1985, p. 8) escreve que “só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento – em alguns casos, um comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga”. O autor ressalta a importância da participação e do compromisso do pesquisador com a cultura e a história da comunidade estudada. Brandão aponta a observação participante e a entrevista livre como métodos e técnicas utilizadas na pesquisa participante.

Em artigo em que reflete sobre a pesquisa participante e a comunicação, Círculo Peruzzo (2003) classifica como observação participante os trabalhos em que, embora próximo ao grupo, o pesquisador não se envolveria, apenas observaria as relações da comunidade e seu objeto de pesquisa. Já na pesquisa participante, existiria o envolvimento do pesquisador com o grupo. Na pesquisa-ação, o envolvimento incluiria definições do projeto de pesquisa e sua realização pela comunidade. Observação participante, pesquisa participante e pesquisa-ação seriam modalidades de pesquisa participante.

Assim, este trabalho se situa na seguinte caracterização de pesquisa

participante: apresenta o envolvimento da pesquisadora com a comunidade e sua postura e ação em favor da mesma. A comunidade, por sua vez, não definiu os objetivos da pesquisa, muito embora tenha sido ouvida em entrevistas, depoimentos e em sua cotidianidade. Somadas à pesquisa participante, foram feitas entrevistas, exame de documentos e da programação da Mega FM, com o objetivo de se refletir sobre a educação para a cidadania, a partir da participação nessa comunitária.

A comunitária de verdade

A Rádio Mega, que tinha o *slogan* “a comunitária de verdade”, nasceu da necessidade que moradores do bairro Santa Cândida sentiram de se comunicar, informar questões da localidade, promover debates, apresentar seus poemas e composições musicais, enfim, exercer seu direito de liberdade de expressão. A organização da emissora, desde o início e até 2005 (quando encerrou atividades), se deu de forma coletiva. Para começar, em 1996, após refletir sobre a possibilidade, um grupo de moradores foi de casa em casa chamando os demais a discutir a iniciativa. Assim, foi realizada uma assembléia, em 25 de março de 1997, com cerca de cem pessoas, que definiu a estrutura, objetivos e programação inicial da Rádio.

A Mega FM foi ao ar pela primeira vez em 19 de junho de 1997, conforme conta Adenilde Petrina Bispo, ex-coordenadora da Rádio. Desde então, a emissora teve uma presença reconhecida não apenas junto ao Santa Cândida (onde se situava), São Benedito e Vila Alpina (bairros próximos), mas na cidade de uma maneira geral, ao participar, por exemplo, do Conselho Municipal de Valorização da População Negra e

do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, entre outras iniciativas e debates.

De 1998 a 2005, a Mega realizou a cobertura do Carnaval na cidade, tendo sido homenageada, no ano inicial, em um samba cantado e desfilado pelo bloco do Santa Cândida. A valorização da cultura popular, por parte da emissora, também se deu com o resgate de histórias e organizações artísticas próprias do bairro. Exemplo disso, foi a realização do Mega Fenômeno. Definido por Adenilde como “de assombração”, tratava-se de um programa veiculado pela emissora às sextas-feiras, à meia-noite, que apresentava lendas e histórias populares.

Para produzir o Mega Fenômeno foi criado o Grupo de Teatro da Mega. Os participantes pediam que pessoas mais velhas do bairro lhes contassem casos, com temas que incluíam mula sem cabeça, por exemplo. A partir do depoimento, integrantes do Grupo encenavam a história, que ia ao ar com uma sonoplastia apropriada.

Em toda a sua história, a emissora transmitia as informações do bairro, fazia e colaborava com campanhas que favoreciam seus moradores. Em 1999, integrantes da Mega trabalharam para fortalecer a SPM (Sociedade Pró-Melhoramentos) do Santa Cândida, a partir da participação das pessoas do bairro. Além de divulgar informações sobre a entidade e a eleição para a sua diretoria, membros da Rádio iam nas residências para esclarecer sobre a importância da SPM e da participação dos moradores. Essa cobertura do trabalho e de eleição para a SPM continuou sendo feita.

A política institucional **partidária** também era objeto das ações da Mega. Em 1998, a Rádio **organizou**

um debate com representantes dos candidatos ao governo do estado. Em 2000, passou a ser convocada pela Justiça Eleitoral para divulgar informações sobre os pleitos municipais, estadual e nacional.

As informações sobre direitos sempre foram uma constante na emissora do bairro Santa Cândida. Além de permear toda a programação da Mega, o assunto teve espaço próprio no Programa Direito Popular DABC (Diretório Acadêmico Benjamin Colucci), da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora. No programa, que era semanal, além de fornecer informações gerais sobre direitos e deveres, acadêmicos de Direito da UFJF respondiam dúvidas da população sobre esse tema.

A Rádio também teve uma atuação significativa na campanha do bairro pela retirada de uma antena de telefonia celular, instalada próxima à escola do Santa Cândida, no que os moradores foram vitoriosos, em 2004. Realizou, em 2001, uma campanha de prevenção de acidentes e mortes no trânsito, pela qual recebeu um certificado dado pela Prefeitura e pela Global Road Safety Partnership (entidade internacional que trabalha contra acidentes no trânsito), em reconhecimento ao seu apoio ao Programa para Redução de Acidentes de Trânsito na cidade de Juiz de Fora.

Na Mega, o Hip-Hop sempre teve espaço, tanto em programas específicos quanto na formação e trabalho conjunto com posses (associações do movimento Hip-Hop, cujos integrantes se reúnem para estudar, discutir a conjuntura, grafitar, fazer músicas e outras ações). Integrantes da emissora, no seu espaço, formaram a Posse Missionário Antonio Conselheiro e a Posse de Cultura Hip Hop Zumbi dos

Palmares (PZP).

Para a realização de tais ações e programas radiofônicos, a Mega esteve sempre de portas e microfones abertos. O grupo ou pessoa que quisesse ter um programa na Rádio devia apresentar um projeto sobre o que seria abordado e sua importância, em uma reunião com os demais componentes da emissora, que ocorria uma vez a cada dois meses. Nessa reunião, em que todos os componentes participavam, eram feitas decisões sobre novos programas, uma avaliação do período e definidas as próximas ações. Para fatos do dia-a-dia, uma coordenação, formada por parte dos integrantes, discutia e encaminhava o que fosse necessário, chamando, se preciso, um encontro extraordinário com os demais.

De 1998 a 2005, a comunitária de verdade buscou sua legalização junto ao Ministério das Comunicações. O pedido de autorização para funcionar como comunitária foi negado à Mega em 2002, sob a alegação que perdia em representatividade para uma outra, a Life – emissora evangélica, cujo diretor é filho de um vereador do PSDB -, que também fez a solicitação para a mesma área. Isso foi questionado pela Mega, que também pediu novamente autorização, o que foi negado.

A Mega entrou na Justiça com um processo, de 1999, contra a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e a União, para que essas se abstivessem de praticar qualquer ato tendente a lacrar os equipamentos da emissora. A Rádio teve liminar favorável, no primeiro momento; depois perdeu. Por ação da Anatel e da polícia federal, em 2003, um transmissor da emissora foi lacrado e apreendido.

Sem desistir de sua fala e de sua regularização, a Mega liderou, em

⁴ Ex-radialista, Bejani foi preso pela Polícia Federal, em 2008, na Operação Passárgada, por desvio de recursos públicos e outras acusações.

Juiz de Fora, em 2004, o debate para a existência de uma legislação municipal para as emissoras comunitárias. Sobre o tema, foram realizadas duas audiências públicas na Câmara dos Vereadores – o projeto foi aprovado e, depois, vetado pelo prefeito Alberto Bejani⁴. Em 2005, coordenadores da Mega foram processados e cumpriram uma pena de prestação de serviços comunitários, por estar à frente de rádio sem legalização.

Esse movimento por sua regularização legal como comunitária envolveu os participantes da Mega FM, que debatiam a situação, definiam e realizavam ações como passar abaixo-assinados, conseguir apoios, fazer manifestações, participar de audiências públicas e tribunas livres na Câmara Municipal, cumprir todas as tarefas da burocracia junto ao governo federal, à Anatel e outros órgãos.

Como pode ser percebido, a história da Mega FM, desde seu início, foi feita pela comunidade, de maneira coletiva, democrática e autogestionária. Nos oito anos de resistência de a comunitária de verdade, destacamos o enfrentamento à negação oficial que se faz à Rádio. Se por um lado essa negação é lamentável, por outro certamente propiciou um aprendizado no sentido de que, se é difícil obter o aval do poder para o funcionamento de emissora das classes populares, também é possível pressionar, com mobilização, para ter esse reconhecimento e assim entender melhor como funcionam determinados órgãos públicos, o que pode servir para essa e outras lutas.

Ao refletir sobre a história da Rádio Mega FM e sua luta por legalização, com base nos conceitos de participação como educação para a cidadania já citados, a partir de autores como Kaplún, Paulo Freire

e outros, avaliamos que nesse meio de comunicação comunitária puderam ser vividos aprendizado e cidadania, por quem dele participou.

Exercício de direitos

O exercício da liberdade de expressão, a prática em uma organização democrática, a participação política e outras formas possíveis de cidadania estão associadas à história da Rádio Comunitária Mega FM.

Para ressaltar esse aspecto, entrevistamos oito pessoas que participaram da emissora. Foram entrevistas semi-estruturadas com questões abertas, gravadas e transcritas, realizadas entre 15 de maio e 30 de junho de 2004. A apresentação dos entrevistados, a seguir, já mostra o envolvimento deles com a Mega e um pouco da diversidade da programação da emissora. Depois, citamos uma de suas opiniões, considerando o tema deste trabalho.

Os entrevistados foram os seguintes⁵:

1) *Eré, 23 anos, estudante do ensino médio, que trabalha com Hip-Hop há seis anos, mora no bairro São Benedito e ouvia a Rádio, principalmente os programas feitos por Nonô e por Tazz, seu conhecido de infância, que ele passou a acompanhar ao estúdio. Começou a frequentar a Rádio no final de 1998 e, em março de 99, a preparar e apresentar programa na Mega. Participa do movimento Hip-Hop, sendo integrante da PZP. Por problemas pessoais com um traficante do bairro, Eré foi ameaçado e, desde 2002, não tinha mais programa e quase não ia à Rádio, embora continuasse um ativo colaborador da emissora.*

2) *Flavinho da Juventude, 52*

⁵ Os entrevistados aqui serão identificados por seus apelidos ou primeiros nomes.

anos, com licenciatura em Química, na ocasião terminando o bacharelado, é funcionário da Prefeitura, militante do movimento negro há 19 anos e morador da Vila Olavo Costa. Ele fazia o programa Voz D'África, desde março de 2003, a convite da Adenilde.

3) Nonô, 42 anos, técnico em eletrônica e DJ, foi um dos idealizadores e fundadores da Mega FM. Embora continuasse a colaborar com a Rádio, Nonô parou de fazer seu programa e se afastou da emissora, em 1999, por problemas pessoais. Depois retornou, preparava e apresentava o programa Mega Bass.

4) Dona Maria do Escadão, 52 anos, doméstica, moradora da Vila Alpina, que participa da Pastoral da Criança e de várias outras atividades da Igreja Católica, Paróquia São Benedito (que abrange a região), era da equipe que preparava e apresentava o programa Comunidade com Jesus. Integrantes da emissora, logo no início, convidaram os membros da Igreja a participar e assim dona Maria passou a fazer parte da Mega.

5) Ana Paula, 19 anos, aluna de Comunicação, moradora do bairro São Benedito, nunca tinha ouvido a Mega, embora já tivesse informações sobre a Rádio. Um amigo lhe disse que podiam juntos ter um espaço na emissora, fazer um projeto de programa e apresentar. Então conversaram com Adenilde, defenderam o projeto em reunião e começaram a fazer o Mega Pop Rock. Ana Paula fazia parte da equipe que preparava e apresentava este programa, que teve início em março de 2004.

6) Marcellinho, 22 anos,

ensino médio completo, morador do bairro Santa Cândida, funcionário de uma vidraçaria, ouvia a Mega, em especial os programas feitos por Nonô e por Zé Lucas e, assim, passou a ter vontade de participar da Rádio. Conhecia o Eré, que já tinha programa na emissora, e foi lhe perguntar como fazer para também estar na Mega. Eré lhe contou o caminho – projeto, reunião, etc – e lhe deu algumas idéias. Na Mega, desde 2001, Marcellinho fazia o 100% Funk.

7) Priscila, 21 anos, ensino médio completo (quer cursar Comunicação), moradora do bairro Santa Luzia, na ocasião, desempregada. O que levou Priscila à Mega foi o Hip-Hop, que ela ouviu no Batidão 90,7, programa feito por Eré. Ela passou a telefonar para a Rádio. Ele certo dia falou da intenção de organizar a PZP e convidou quem se interessasse, tivesse aptidão para um dos elementos do Hip-Hop, a entrar em contato. Priscila acabou de formular um rap que estava fazendo e o levou para ele. Entrou na PZP e então na Mega, em 2001. Passou a fazer o Batidão 90,7, do qual se afastou devido ao nascimento do seu filho, em maio de 2004.

8) Adenilde, 51 anos, professora de História. Começou a participar da Mega desde a primeira reunião para organizar a comunitária. Uma vez a Rádio no ar, passou a atender telefone e foi se envolvendo com o trabalho da emissora, a qual passou a coordenar, em 2001. Fazia o programa A Voz do Morro e, junto com Tereza, Papo Filosófico.

Opiniões

1) *A Mega na sua vida: “me ensinou outros caminhos [...]. Ensinou isso: a gente lutar pelos nossos direitos, cumprir nossos deveres, lutar pela nossa comunidade, não só onde é situada a Rádio, mas a comunidade que a gente alcançar” – Eré.*

2) *A importância da Rádio: “ela atende a todos os segmentos da sociedade. [...] E a gente tem que saber tirar proveito disso, trazendo consciência, que a função do rádio é exatamente essa, você trazer consciência” - Flavinho.*

3) *A Mega na sua vida: “a participação na Rádio, convivendo, a gente aprende muito. [...] O convívio em uma rádio [...] faz você aprender a respeitar muito mais as idéias dos outros. [...] Você aprende a ver que todas as pessoas têm o mesmo objetivo, que é ser feliz [...], a pessoa busca evoluir, busca estar bem. Todas as pessoas têm o mesmo objetivo, só que cada um tem uma visão diferente. [...] A cada momento mais a gente aprende a respeitar, não só os jovens, como as pessoas de mais idade, como as pessoas que estão na sua idade, você aprende a respeitar as idéias de todos. [...] Acho que a importância maior é esse aprendizado, e a gente imaginar que a gente realmente pode se dar mais ainda pras pessoas.” – Nonô.*

4) *A importância da Rádio: “eu vejo a Rádio Mega FM sendo a Rádio uma comunitária de verdade, ela é que dá vez e voz pra gente simples” – dona Maria.*

5) *A importância da Rádio: “é um*

privilégio da nossa comunidade poder se expressar, [...] levar informação mais próxima pra comunidade, alguma coisa mais próxima, porque os telejornais e a locução das rádios comerciais são muito distantes da nossa realidade, [...] então [com a Mega] acho que o ouvinte se sente próximo” – Ana Paula.

6) *A importância da Rádio: “a Rádio é importante nessa questão de dar oportunidade pras pessoas participarem aqui e também pra olhar pelo bairro e as pessoas do bairro terem voz assim públicas. [...] Tendo uma rádio aqui no bairro, a rádio pode ajudar muito a comunidade. [...] Uma pessoa sozinha reclamando não vai surgir efeito, ela vindo aqui na Rádio, a Rádio passando no ar o problema que tá acontecendo no bairro, pode ser que consiga uma solução” – Marcellinho.*

7) *O seu trabalho na emissora: “o meu trabalho lá na Mega eu gosto muito mesmo, tá trabalhando com o Hip-Hop e tá na Mega FM. [...] Eu sempre tive a intenção de fazer uma faculdade de Comunicação, [...] mas aí depois que eu entrei pra Mega FM eu me interessei mais ainda, por essa área de rádio mesmo e tal e comecei a gostar, foi um horizonte que abriu pra mim, uma coisa assim, o contato, o poder que você tem com o microfone na mão, de tá atingindo várias casas, vários lugares diferentes, de tá podendo trocar idéias, quer dizer, a partir do momento que eu vou tentando fazer com que as pessoas descubram outras coisas, aprendam outras coisas, eu também vou aprendendo outras coisas, que a minha vontade de passar pras pessoas eu vou procurando saber de*

outras coisas e por aí vai. [...] Então, através do meu programa eu tento não só passar o rap, mas também passar outras informações” – Priscila.

8) *A importância da Rádio: “eu vejo a Rádio como um espaço de aprendizado muito grande e que me ensinou bastante, no sentido assim da comunicação, mostrou a importância de você ter um veículo de comunicação e também foi me mostrando como que os poderosos manipulam a informação e como que a gente, às vezes, é enganado pelo que passa na televisão, no rádio, nos rádios oficiais e no jornal” – Adenilde.*

Os entrevistados, de uma maneira geral, destacaram a importância da Mega por ser, na sua história, uma comunitária autêntica, pela sua pluralidade, sua organização democrática e por ser uma emissora diferente dos demais meios de comunicação. O trabalho de cada um na Rádio foi considerado muito bom para quem o faz, para a própria emissora e para os ouvintes. Foi mostrado grande destaque da Mega na vida das pessoas.

Considerações finais

Uma rádio comunitária autêntica pode ser um espaço de educação para a cidadania e o seu exercício, a partir da participação. Como foi visto pela história, organização e fala de integrantes da Mega, considerando-se os marcos teóricos de referência apresentados, a participação na emissora possibilitava o exercício da cidadania, da seguinte forma:

. Quanto à ação das pessoas: organizar-se para a manutenção, o respeito e a ampliação de direitos; receber, como participante, informação sobre os seus direitos e conscientizar-se sobre a importância de se garantir que sejam

respeitados; ter direito à informação sobre direitos e ter direito à informação; ter alguma forma permanente de participação; ter a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.

. Quanto às características de gestão que permitem as ações acima citadas: ter sido uma nova prática de comunicação, com participação popular; apresentar organização solidária, democrática e autogestionária; proporcionar a desmitificação do meio; proporcionar a participação direta; possibilitar o acesso ao poder de comunicar.

O estudo da Mega FM comprovou que ela apresentava todas essas possibilidades. Outras emissoras comunitárias podem apresentar todas essas possibilidades ou uma parte delas e se constituírem também, pela participação, em espaço para a educação e o exercício da cidadania.

Abstract

This article presents a reflection about education to the citizenship, in an authentic community radio. Paulo Freire's and Mario Kaplún's works were used as the main theoretical reference. Concerning to methodology and techniques, participant research and interviews, as well as an exam of documents and programming of the community radio definite to analyses were performed. The study points out that the radio participation, organized since its beginning by the region residents, contributes to the education and citizenship exercising.

Keywords: community radio, participation, education, citizenship.

Referências

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. 7. ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Participar-pesquisar*.

In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 7-14.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade – e outros escritos*. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KAPLÚN, Mario. *Comunicación entre grupos – El método del cassette-foro*. Bogotá, Colômbia: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.

_____. El estudio de la recepción: un área prioritaria de investigación-acción ante los nuevos desafíos. In: MELO, José Marques de (coord.). *Comunicación latinoamericana: desafíos de la investigación para el siglo XXI – Ponencias presentadas al I Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación*. São Paulo: Alaic, ECA-USP, 1992, p. 153-165.

LAHNI, Cláudia Regina. *Possibilidades de cidadania associadas à rádio comunitária juizforana Mega FM*. São Paulo: ECA-USP, 2005. (Tese /Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 2001.

PAIM, Antonio; PROTA, Leonardo; RODRIGUES, Ricardo V. *Cidadania: o que todo cidadão precisa saber*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: A participação na construção da cidadania*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos*. In: Colóquio Brasil-Itália de Ciências da Comunicação, Intercom, 3., 2003, Belo Horizonte. Trabalho ... Belo Horizonte, 2003.

Data do recebimento: 12/05/2008

Data do aceite: 25/05/2008